

MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Uma importante meta da atual Diretoria do Foro refere-se ao mapeamento dos fluxos de trabalho das áreas administrativas da JFSP. O mapeamento, instituído formalmente com a publicação da Portaria nº 16, de 19/8/2016, busca reunir informações dos diversos setores que compõem a Administração Central, com o objetivo de padronizar procedimentos e melhorar a prestação do serviço, levando em conta as necessidades dos usuários da Justiça.

A juíza federal Luciana Ortiz Zaroni, vice-diretora do Foro (capital), explica que, com o mapeamento, os servidores passam a conhecer melhor o próprio trabalho e de que forma ele impacta nas atividades de outras áreas. Também auxilia na identificação de “gargalos”, retrabalhos, sobreposição de funções, ausência de atribuições para a execução de tarefas, entre outros.

O mapeamento constitui-se, ainda, na primeira etapa para implantar a Gestão por Processos de Trabalho, que visa integrar as áreas, pessoas e sistemas informatizados a fim de aumentar a eficiência. “É uma nova forma de gestão. Uma mudança de cultura que vai trazer profissionalização ao serviço e um ganho para

a Administração”, afirma Luciana Ortiz.

Outro aspecto a ser destacado na Gestão por Processos de Trabalho é que o conhecimento dos procedimentos não fica restrito a apenas um servidor, mas é compartilhado por todos, garantindo a continuidade do serviço e a transparência das informações.

Para atingir esses objetivos, os servidores das áreas administrativas estão sendo convocados para participar de oficinas de capacitação. O Núcleo de Organização e Métodos (NUOM) é o responsável por promover as oficinas de divulgação da “ferramenta Bizagi”, utilizada na construção do mapeamento. “A ideia é que a maior parte dos servidores da Administração Central e, futuramente, dos núcleos de apoio regional das subseções aprendam a construir e interpretar fluxos de trabalho por meio da linguagem BPMN (Business Process Model and Notation)”, afirma Telma Rezende Faria de Paula, diretora do NUOM.

Até abril de 2017 já haviam sido disponibilizadas 14 turmas de oficinas de mapeamento, totalizando 280 vagas para os servidores das áreas administrativas. “Nas oficinas, são divulgadas as propriedades básicas da ferramenta Bizagi, le-

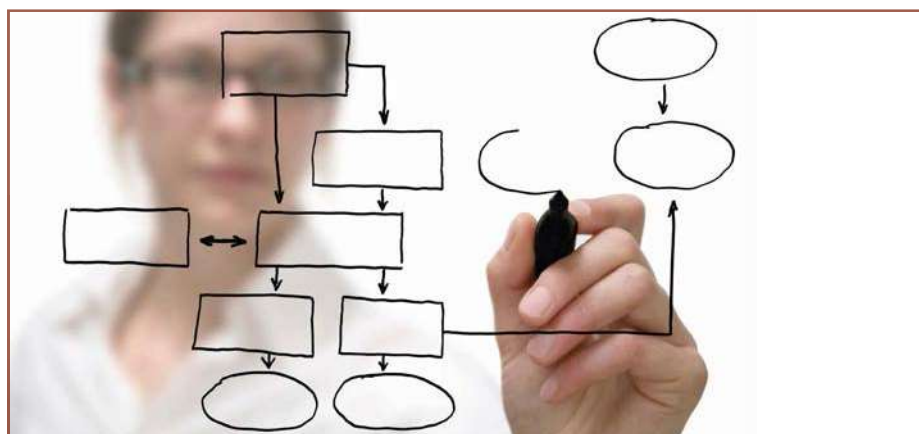
vando o servidor a pensar no desenho do fluxo de trabalho de seu próprio setor”, ressalta Liliane Favini, do NUOM, responsável por realizar as oficinas de capacitação.

“A Portaria nº 16 fixou o prazo até agosto de 2017 para a execução desse projeto. A Diretoria do Foro vem acompanhando os resultados de cada área e fazendo reuniões com aquelas em que ainda não houve um avanço satisfatório. O objetivo é identificar quais são as dificuldades e buscar soluções para que as áreas efetivamente consigam cumprir o prazo estabelecido”, ressalta Luciana Ortiz.

Existem setores que já possuem diversos procedimentos mapeados, fato que tem contribuído para o aperfeiçoamento das atividades. Diógenes Ichio- ca, diretor do Núcleo Financeiro (NUFI), relata que o mapeamento dos fluxos de trabalho ajudou sua área a identificar a sobreposição de funções em relação a determinados procedimentos realizados pelas Seções do Núcleo.

“Vimos que era possível aperfeiçoar nossos resultados se somente uma seção realizasse a liquidação contábil da despesa e a outra os pagamentos. Readequamos os servidores entre as seções e colocamos em prática o cronograma que havíamos elaborado. Com isso, percebemos que houve redução no tempo de execução das tarefas, garantindo maior celeridade”, afirma Diógenes.

“Nossa intenção é que todo esse trabalho de mapeamento considere, em primeiro lugar, o usuário do serviço - que pode ser um usuário interno ou externo. Temos que pensar sobre como podemos ser eficientes para esse usuário e oferecer o melhor resultado possível”, finaliza Luciana Ortiz. ■



O mapeamento dos processos integra o Programa de Gestão e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo, o iNovaJusp. Clique aqui e conheça a íntegra do programa. (<http://www.jfsp.jus.br/inovajusp/>)